



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FRAGILIDADE POLÍTICO/INSTITUCIONAL NO SETOR PESQUEIRO E AGRÍCOLA: UM ESTUDO DO CASO SOBRE A AUTOSUFICIÊNCIA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ilunilson dos Santos Paquete Fernandes¹
Universidade Federal de São Carlos - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia (PPGS)
ilusantos@yahoo.com.br

RESUMO

A preocupação com os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas vem ganhando destaque nos fóruns internacionais do século XXI e trazendo novos desafios às nações. Assim, a ONU-FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) começou a orientar e sustentar políticas públicas destinadas às nações mais vulneráveis como medida para garantir a autosuficiência alimentar. Nesse sentido, pretendemos analisar o setor pesqueiro de São Tomé e Príncipe e breve desdobramento das políticas agrícolas pós-independência, no intuito de apontar as fragilidades de suas políticas voltadas à segurança alimentar diante dos desafios climáticos que imperam sobre as territorialidades dos Pequenos Estados Insulares. A pesquisa, que serve de base à reflexão aqui apresentada, foi realizada a partir de observações desenvolvidas em campo, no âmbito do programa PROAFRICA, subsidiada pelo CNPq em 2008. A metodologia utilizada foi a observação direta e, fez-se uso da técnica de entrevista para a obtenção de dados qualitativos nas comunidades pesqueiras e na Direção Geral das Pescas em São Tomé.

Palavras-Chave

Mudanças climáticas. Segurança Alimentar. Políticas públicas. Comunidade Pesqueira.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e, bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



INTRODUÇÃO

A preocupação com os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas vem ganhando destaque nos fóruns internacionais do século XXI e trazendo novos desafios às nações. Deste modo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – ONU/FAO começou a orientar e sustentar políticas públicas destinadas às nações mais vulneráveis como medida para garantir a autosuficiência alimentar. O direito à alimentação é garantido pela Declaração dos Direitos Universais da Pessoa Humana de 1948 e é, nesse contexto, de direito, que a segurança alimentar é definida como a garantia de acesso contínuo à quantidade e qualidade suficientes de alimentos, obtido por meio socialmente aceitável para assegurar o bem estar e a saúde dos indivíduos (USDA, 2003 apud CORRÊA et. al. 2003). Tais políticas, para auferir êxitos, passam por engajamento das instituições internas de cada país.

Nesse sentido, pretendemos analisar o setor agrícola e pesqueiro de São Tomé Príncipe. Setores que consideramos, neste trabalho, de maior relevância para garantir a segurança alimentar. Diante disso, almejamos apontar ausência de políticas voltadas a estes setores e as fragilidades decorrentes. Para realização do enunciado, faremos primeiramente uma breve caracterização do país e, em seguida situaremos os desdobramentos das políticas agrícolas pós-independência e as fragilidades da Direcção Geral das Pescas – órgão vinculado ao Ministério de Agricultura Pesca e Desenvolvimento Rural da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A pesquisa, que serve de base à reflexão aqui apresentada, foi realizada a partir de observações em campo, no âmbito do programa PROAFRICA, subsidiada pelo CNPq em 2008. A metodologia utilizada foi a observação direta e, fez-se uso da técnica de entrevista para a obtenção de dados qualitativos nas comunidades pesqueiras e na Direcção Geral das Pescas em São Tomé.



BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O DESDOBRAMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA PÓS- INDEPENDÊNCIA

São Tomé e Príncipe é um Pequeno Estado Insular e tem, como característica, um nível de desenvolvimento ainda frágil, com 53% da população abaixo da linha da pobreza. Situado a oeste da costa africana no Golfo da Guiné, o arquipélago é constituído por duas ilhas e ilhéus adjacentes e ocupa uma superfície total de 1001 km². A ilha de São Tomé e o seu ilhéus perfazem 859 km² de superfície enquanto que a ilha de Príncipe e o seu ilhéus perfazem 142 km². As ilhas distam-se da costa ocidental do Gabão a 300 km e situam-se entre os paralelos 1° 45' Norte e 0° 25' Sul e os meridianos 6° 26' Este e 7° 30' Oeste, República Democrática de São Tomé E Príncipe (2007). O país cristalizou-se, desde era colonial, em uma economia de monocultura de plantação – cana de açúcar 1493, o café 1787 e o cacau 1822, este último, em 1918 chegou a ser o principal exportador mundial, com mais de 35000 toneladas. Segundo Menezes (2003), nesse período, o país já passava por dependência do mercado externo em mais de 90%. Dependência que foi agravando cada vez mais, estendendo-se ao período pós-independência e, hoje, é considerada estrutural, visto que, passa por todas as esferas da dinâmica social, político e econômico.

São Tomé e Príncipe sofreu, por mais de quinhentos anos, a exploração e a dominação do colonialismo português – de 1470 até 1975. Um dos legados desse processo, no período pós- independência, é a crença de que aspirações coletivas dos nativos seriam iguais as dos colonizadores – “visão do mundo”, forma de ser e de estar, de representação cultural, econômica e etc. Para Grovogui (2004), essa problemática é de ordem social e constitucional do Estado de Direito que prevaleceu em toda a África. Algo que mina a autoconfiança, as negociações políticas genuínas (a base da justiça), reconhecimento mútuo (a base da solidariedade) em favor de imitação e repetição de modelos inadequados para as circunstâncias históricas específicas da África.

Dessa maneira, corroboramos com Young (2005) que caracteriza a colonização enquanto máquinas violentas de desintegrar ou desculturar territorialidades nativas e



reinscrever ou aculturar, segundo interesses do poder colonial. Dito de outra forma, a colonização proporciona uma descaracterização pela não valorização do pacto social baseado nas relações sociais espirituais nativas e distância estratégia de agregação de valor à produção interna.

Enquadrar o processo sócio histórico de colonização no entendimento das fragilidades político/institucional e socioeconômica da ex-colônia, nos possibilita vislumbrar os desajustes político/institucionais que “obstruem” o desenvolvimento dos setores acima referido em São Tomé e Príncipe.

A organização política em STP está constitucionalmente regulamentada sobre o regime democrático parlamentarista desde 1991². A partir dos anos 1980, os santomenses começaram a sentir as mais perversas condições de vida decorrentes da má gestão das roças. Roças administradas segundo a imitação e repetição de modelos deixados pela colonização. Dito de outro modo, as lideranças políticas que assumiram a administração de São Tomé e Príncipe no período pós-independência, não re-orientou a produção econômica para sustentação doméstica.

De acordo com Romana (1997), a saída encontrada foi recorrer em 1985/1987 ao primeiro Programa de Ajuste Estrutural -PAE, financiado pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional - FMI. O programa objetivava, de acordo ao autor, tanto a melhoraria da produtividade através de investimento público quanto à prossecução de um crescimento sustentado. O primeiro PAE não trouxe melhoria almejada, não obstante, de acordo com Menezes (2003) foi implementado o segundo PAE³. Em termos de resultados, tanto o primeiro PAE quanto o segundo PAE ficaram muito longe

² De 1975 à 1990, organização sócio-política dominada pelo monopartidarismo, elitismo e clientelismo. Dois meses depois da independência, o sistema agrícola foi nacionalizado em 90% e, agrupadas em 15 empresas estatais com áreas entre 1500 a 6000 hectares, cobrindo mais de 80% de terras cultiváveis, (MENEZES, 2003, p.43) administradas dentro da mesma lógica colonial. Em 1991, implantou -se o regime parlamentar democrático.

³ Os objectivos deste segundo PAE consistiram fundamentalmente em: desvalorização deslizando da moeda nacional (dobras) face ao dólar, com vista à eliminação do mercado paralelo de divisas; restrição do défice orçamental, através de uma política orçamental não expansionista; enquadramento do crédito, para limitar a inflação e os desequilíbrios macroeconomicos, (MENEZES, 2003, p.54).



de proporcionar melhorias, principalmente, para as populações rurais que o Programa focalizava através da Privatização das roças e criação de Pequenas Propriedades⁴.

Programa iniciado em 1985 e expandido em 1992, sob forte influência e pressão do BM e outros parceiros internacionais, previa concessão das 15 maiores empresas agro-pecuárias do país para as corporações estrangeiras, mediante contrato de gestão de cinco a dez anos, assim como, distribuição de apoucado hectares de terras para os pequenos e médios agricultores nacionais.

Para Menezes (2003), o programa de privatização e distribuição de terras foi ajustado por intenso clientelismo político e converteu famílias de agricultor, antes pertencente ao funcionalismo público, em proprietário de terra cultivável sem garantia dos direitos trabalhistas, nem tão pouco, subsidio financeiro. A despeito dos resultados insatisfatórios do Programa de Ajuste Estrutural, continua Menezes, o Estado Santomense contraiu dívida externa avaliada em 17 milhões de dólares para estudos, consultorias e assistência técnica. Diante deste cenário Santos (2000) apud Menezes (2003)⁵ “argumenta que o Programa de Privatização Agrícola e de Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP) serviu fielmente aos interesses de uma camada restrita da sociedade como negociatas políticas e de caça ao voto”, assim como, como base em outras leituras, dos parceiros multilaterais, sem se converter em ganhos sociais e econômicos as populações mais necessitadas.

Nesse quadro, Silva e Simão (2007) interpretam os programas e projetos de cooperação internacional como forças atuantes na reconfiguração de estruturas políticas e sociais, por meio de projetos, geralmente, construídos além-mar que se sobrepõem às mais diferentes realidades locais. Ou seja, a cooperação internacional constitui um vasto campo de poder através do qual, idéias e valores imaginados como universais ganham feições locais.

⁴ Os objectivos do Programa de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP) foram assim resumidos nos seguintes pontos: aumento e diversificação da produção agrícola através da promoção e surgimento de uma nova estrutura fundiária baseada na pequena e média propriedade; aumento da eficiência da produção, alívio da pobreza rural, crescimento sustentável e protecção ambiental, (MENEZES, 2003, p.58).

⁵ SANTOS, A. P. Emergência de mecanismos de poupança e endividamento na pequena e média agricultura em São Tomé e Príncipe: Tese de Mestrado, ISA, Lisboa, 2000.



A importação de modelos e a aplicação no universo singular e cultural diferenciado, mediante pressões denominada Assistência para o Desenvolvimento Internacional – ou, no caso de São Tomé e Príncipe o PPADPP – devem ser interpretadas além do simples ato de boa vontade e de ajuda aos países em via de desenvolvimento. É, sobretudo, um instrumento político que enfraquece a capacidade institucional e desestrutura a dinâmica social autóctones. O PPADPP em São Tomé e Príncipe demonstrou o modo “operante” da cooperação internacional. Para Valencio (2009), tal prática soa como trágica, pois os mecanismos burocráticos das parcerias internacionais, debruçada em manter uma agenda extenuante de curso de capacitação, pressiona os países pobres a ajustar consultoria externa ao preço de remuneração elevada e incombináveis com a miséria reinante nesses países.

Vimos que a dimensão sócio-histórica da colonização condiciona as políticas pós-colonização. Tomamos como exemplo, os arranjos políticos alicerçados na imitação e repetição de modelo colonial⁶ que se estabeleceu em STP. Arelado à essa dimensão, temos as reconfigurações estruturais pactuados entre a elite política local e os designados parceiros da “ajuda” internacional. Em STP, o desdobrar da “ajuda” internacional, instituída através do Programa de Ajuste Estrutural, não logrou êxitos para populações rurais, como previa. Hoje, presenciamos total desinteresse desse grupo em permanecer nas atividades agrícolas. Anos após implementação do referido programa, houve crescente êxodo rural. As famílias abandonaram as práticas agrícolas e instalaram-se na capital onde esperavam encontrar alternativas de inclusão social e, em decorrência, uma vida melhor. Embora os atributos inerentes ao desejo de mobilidade social em meio ao lugar “urbano”, (como escolaridade, capacitação em técnicas atinentes ao serviço burocrático, comercial e outros) estejam distantes como horizonte de possibilidades.

Continuamos no objetivo de caracterizar o setor pesqueiro e ressalvaremos, a seguir, as adversidades climáticas vivenciadas por grupos sociais ligados a prática pesqueira.

⁶ [...] modelo de desenvolvimento, além de herdar os constrangimentos da organização económica e social do regime colonial, viu-se fortemente atingido por uma ausência abismal de falta de recursos humanos capazes de assegurar a continuidade de gestão das poucas estruturas produtivas deixadas pelo colonialismo, (MENEZES, 2003, p.43).



RELEVÂNCIA DO SETOR PESQUEIRO NA SEGURANÇA ALIMENTAR

A reconfiguração estrutural imposta ao país pelo FMI, por meio de políticas neoliberais (de 70 a 90) levou a transferência das pequenas infraestruturas estatais de comercialização, conservação e transporte do pescado para a gestão privada Diegues (2010). As infraestruturas de fabricação de gelo, da câmara de congelamento, das pequenas embarcações, do transporte das comunidades foram transferidas mediante clientelismo políticos ocasionando deteriorização das mesmas. Daquele tempo até hoje, vimos testemunhando a crescente desatenção dos sucessivos governos⁷ para com o setor pesqueiro, não obstante, a relevância do referido setor. Com o peixe, a banana, a fruta-pão, a mandioca e o azeite de palma as camadas mais pobres compõem a sua dieta alimentar. Desatenção que o pescador de pantufo⁸ resume da seguinte maneira: “Como que um “pai” que tem dois filhos, pode dar atenção só para um e esquecer de outro. Tudo que ouve no radio e televisão só é para agricultura e a pesca está sempre esquecida”.

A personificação da instituição como “pai” passa pela persistência do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural olvidar o setor pesqueiro e instituir recursos orçamentários de programa de investimento público para a agricultura. O setor agrícola, mesmo de maneira precária, desenvolve projetos de microcrédito, tendo programas de acompanhamento às lavouras. Consideramos essa prática avessa à simetria da regulamentação democrática. Dito de outro modo, os sucessivos governos ao priorizarem um setor em detrimento do outro, consubstancia na fragilidade e absolescência do setor pesqueiro.

⁷ De 1975 a 1990, quinze anos de governo monolítico dirigido por Manuel Pinto da Costa. Período democrático 1991 a 2001 presidente Miguel dos Anjos Lisboa Trovoada empossou 7 chefes de governo, sendo que a constituição estipula 4 anos para cada mandato de Primeiro Ministros. De 2001 a 2011 Presidente Fradique Bandeira de Menezes empossou igualmente 7 governos constitucionais. Em 20 anos de instituição democrática foram empossados 14 governos.

⁸ Pantufo é nome atribuído a uma comunidade pesqueira.



O setor pesqueiro está vinculado à Direcção Geral das Pescas e subordinado ao Ministério acima referido. A Direcção Geral das Pescas, não obstante, a boa formação e capacidade profissional dos seus técnicos, Diegues (2010) passam por penúria. Os técnicos da Direcção Geral das Pescas lidam com privações de ordens: salarial, de locomoção – combustível, transporte terrestre e marítimo – de equipamentos para escritório e, do lado dos pescadores, as privações tendem a ser mais agravantes pela ausência de micro-créditos, materiais de pesca, bússolas, sistema de previsão tempo e, entre outros.

A falta desses meios reverbera na baixa dialogicidade do ente governamental com as comunidades piscatórias, no sentido de aglutinar representações de vulnerabilidade e riscos, vocalizados pelo próprio sujeito da interação. Juntos, pescadores e o ente governamental, podem definir estratégias de prevenção e respostas aos eventuais danos já consubstanciados e mensurados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima - IPCC.

Em STP, a pesca é regulamentada pela Lei das Pescas e Recurso Haliêutico 9/2001, promulgada e publicada em 25 de setembro de 2000. A referida Lei aspira à exploração dos recursos pesqueiros respeitando os interesses nacionais presentes e vindouras. Operacionalmente, a Lei não aponta para criação – através da Direcção Geral das Pescas – de um plano nacional contingenciado e integrado de gestão e conservação dos estoques pesqueiros e, muito menos, para os impactos dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima. Versa sobremaneira na conservação exploração e gestão do ordenamento pesqueiro, proibições, infrações e, etc. Mas não faz menção à participação do sujeito da interação – pescador e palies – no intuito de vislumbrar as vulnerabilidades desse sujeito diante aos impactos provenientes dos eventos climáticos. O pescador, Eduardo da praia Melão, se refere à ausência de participação da seguinte forma: “gostaria que o governo desse uma mão ao pescador, não só ao pescador mais palaiês, ajudava bastante”.

A importância da pesca artesanal foi devidamente ressaltada no Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - PANA, tanto na economia do país, quanto na dieta alimentar. De acordo com o PANA (2007) a dieta em peixe supre mais de 70% da proteína animal que a população santomense consome. Ressalta que a prática pesqueira



está extremamente vulnerável aos impactos dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2007).

DESCRIÇÃO DA PESCA ARTESANAL

Segundo Costa (2010), mais de 4480 famílias estão envolvidas diretamente na pesca artesanal. Atividade costumeiramente praticada em pequenas canoas talhadas em árvores centenárias e, muitas dessas, frutíferas. A maior parte das embarcações é a remo e à vela. Os pescadores artesanais despontam ao mar às três da manhã sozinhos ou em grupos de até cinco pessoas em cada embarcação e voltam às quinze horas. Há também aqueles que despontam ao mar às dezessete horas e retornam às cinco horas da manhã. Os pescadores chegam com pescado fresco à praia, caso haja sucesso na pesca. Ao chegarem à praia revendem o pescado em unidade para as palaiês ou dão fiado.

As palaiês – boa parte mães solteiras com mais de quatro filhos – de gamela⁹ e bacia de plástico na cabeça vão andando, de uma zona à outra, vendendo o peixe. Outras vão de táxi ao mercado central em São Tomé e as zonas mais longínquas da praia. Percorrem entre a ida e a volta, dependendo da zona, mais de 10 km porta a porta anunciando a venda do peixe. As que despontam para a venda pela manhã retornam às treze horas e, as que despontam às quinze horas, voltam às dezoito horas como todo o pescado vendido ou não. O restante do pescado, após todo percurso de venda é salgado. Um dos únicos meios de conservação existente. Na volta à casa, compram banana, tomate, azeite de palma, arroz e, etc. para garantir a refeição do jantar.

Buscamos verificar junto as palaiês as representações de afetações que a prática de venda de peixe padece. De acordo com Siena e Valencio (2010, p. 62) “a mulher é quem culturalmente desenvolveu aptidões para expressar tanto as dimensões objetivas” e subjetivas da afetação. Constatamos que as afetações apontadas pelas palaiês

⁹ Madeira talhada em circunferência que facilita o transportar do peixe.



comprometem tanto a subsistência dos filhos quanto a dimensão piscossocial no desempenho de papel de mãe. A diminuição da quantidade do pescado atrelada a ausência de política de micro-credito afeta a relação pescador palaiê. Deriva dessa afetação, a falta de dinheiro para exercer respectivos *habitus* Bourdieuir (2004, p. 61) enquanto “disposição incorporada” pela mulher na compra dos alimentos, sabão para lavar roupa de acordo as palaiês Céu, Sotina e Sebastiana;

Céus - Palaiê não tem dinheiro pá compra peixe fia peixe vai vender depois entrega pescador dinheiro, há pescador não fica gosta... depois pá vê coisa pá compra fruta, sabão pá lavar roupa, não há dinheiro vida tá difícil

Sotina - Esses dia palaiê e piscadó de praia Melão está muito mal. Não tem dinheiro pá compra comida pá criança, fica comer fruta só não tem peixe, banana seco, não tem dinheiro pá comprar arroz, comprar leite pá criança, garoto não vai beber leite mais, São Tomé está muito mal.

Sebastiana - Eu tá com criança sem pai não tem ajuda. Eu tou aqui não tem dinheiro pá fazer negocio. Eu saí praia ganhei dez conto só Dbs 10.000,00 (0,50 USD) . Dez conto faz quê? Não faz nada. Eu tá com três crianças sem pai sem ajuda.

A família é o ente que expressa a unidade, ou seja, “instituição primordial de constituição do *habitus*” Siena e Valencio (2010, p. 64). No entanto, a desatenção do ente governamental esfacela a unidade familiar. Ocorre que a falta de um sistema de previsão do tempo e outro de alerta planejado junto às comunidades pesqueiras, ocasiona surpresa com a neblina que cobre o ponto de referência de regresso a terra firme. Em alto mar perde e morre o pescador sem passar pelo cerimonial fúnebre. A morte do pai desestrutura o tecido familiar. Neste sentido, forjam novas relações no espaço privado e público. A título de exemplo, o filho passa a assumir as funções do pai no sentido ajudar na subsistência da família. Em decorrência a isso, surge o abandono escolar e, entre outros valores e relações que passam a permear o convívio familiar.

Os pescadores artesanais em São Tomé e Príncipe, de um lado, têm de lidar com os fenômenos extremos relacionados à variabilidade do clima. Fenômenos engendrados da racionalidade econômica Ocidental calcada no consumismo em desarmonia à sustentabilidade do planeta. Decorre desse, impactos negativos as territorialidades mais pobres que segundo Valencio (2009) cria distinções significativas entre os que



produzem os riscos e os que estão mais expostos aos mesmos, uma vez que não institui assimetria de acesso às informações, às tecnologias adaptativas, à capacidade de deslocamento e a inserção em territórios mais seguros. Essa lógica modernizante operante em STP está ofuscada pelos acordos de cooperação de diversa natureza. Atropelam as práticas tradicionais territorializadas e representativa na produção do lugar.

Vimos acima que os programas e projetos de cooperação internacional funcionam como forças que sobrepõe à realidade local. Os acordos de pesca com a União Européia - UE e Japão nas águas jurisdicionais santomense expressa tal lógica. Acordos incoerentes, contudo mantido pelos sucessivos governos. Há acordo com a UE que – vigência entre 2006 e 2010 – prevê captura mínima de 8.500 t/ano de atuns e afins por 43 barcos Kirovsky (2010). Sem meio técnico e humano para fiscalizar frota estrangeira (observador de bordo), essas fazem uso de técnica pesca predatória e atropela a pesca artesanal. O pescador Eduardo da praia Melão tece comentário sobre os impactos que a pesca industrial vem causando a pesca artesanal;

[...] alguns barcos de pesca que pedi autorização aqui em São Tomé pá pescar. Se porventura dão eles 1080 km fora do país eles não pescam, passam a pescar 80 km fora e assim matam mais peixe que entra baía que falcita os pescadores dessas canoas pequenina eles passam matar. E assim peixe não está entrar baía mais pá essa canoas pequeninas. Ha barcos grandes de muitos países que fazem pesca aqui, nós encontramos sei que própria a capitania tem conhecimento desses barcos que fazem pesca aqui. Eles têm rede de arrastão que eles fazem cerca com ele e mata mais peixe e pescador só mata filho. Peixe está enfraquecer mesmo devido essas pesca que eles estão a fazer.

Na pesquisa realizada *in loco* verificamos que a pesca de subsistência (artesanal) enfrenta obstáculo não só de ordem ambiental apontado no NAPA. Mais, também, de ordem social e político/institucional tais como: ausência de política voltada ao setor pesqueiro, assim como o excesso de pesca atrelado a prática predatória da pesca industrial. Diante tais constrangimentos pontuamos que a seguridade alimentar em STP expressa cenário preocupante considerando os prognósticos dos pesquisadores do IPCC para o continente africano.



Os pesquisadores do grupo II IPCC (2007 b) apontam que o continente africano é o mais vulnerável. Descrevem que a região *Subsariana* da África terá como efeitos prejudiciais a cultivo, a segurança alimentar em virtude de secas e perdas das várzeas e manguezais costeiros. Na parte sul do continente prevê-se secas mais longas e precipitações mais incertas. Outra constatação é de que até 2020 somente no continente entre 75 e 250 milhões de pessoas sejam expostas à maior escassez dos recursos hídricos nos sistemas de assentamento humano e em áreas costeiras de baixas altitudes; redução de até 50% da irrigação pela água da chuva; aumento de temperatura da água dos maiores lagos; degradação dos manguezais e recifes de corais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a possibilidade da regulamentação político institucionais em São Tomé e Príncipe para garantir a segurança alimentar, ressaltamos que ambos os setores são relevantes, não obstante com entraves que os deixam frágeis. Entraves de dimensões sócio histórica; da desatenção dos sucessivos governos ao setor pesqueiro diante as vulnerabilidades das comunidades pesqueira com agravante dos eventos extremos relacionados às mudanças do clima e, entre outras. Procuramos igualmente destacar representações comunitárias dessas fragilidades.

De um lado, temos o setor agrícola que meses após a independência passa por permanente inconsistência, servindo principalmente aos interesses da elite política local mediante a lógia de criação de pequenas e médias empresas e na caça a voto e, atralada as deficientes políticas de cooperação internacional onde cada um dos doadores e atores possuem interesses político e ideológico alheio a realidade local Hamutuk (2007). De outro lado, o setor pesqueiro subordinada ao Ministerio de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural com política de estancar os furros e não de reestruturação para atender demanda das comunidade pesqueiras.

Nesse quadro, ressaltamos que os novos desafios imposto pela mudanças climáticas globais e acordos de pescas pode levar a população santomense a se tornar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mais dependente da pesca industrial Europeia como é o caso de Zimbábue no Largo Vitória. Povos que passaram a comer cabeça e espinha deteriorada de peixe, enquanto a parte nobre era enviada à Europa¹⁰. Problemas que refletem a má coordenação, a fragilidade das instituições do Estado legalmente democrático, mas burocraticamente e colonizado nas compactuações interno/externo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COSTA, G. E. Pesca na República Democrática de São Tomé e Príncipe. In: VALENCIO, N. F. L.; RODRIGUES, J. B. (Org.) **São Tomé e Príncipe, África: desafios socioambientais no alvorecer do séc. XXI**, São Carlos: Ed. Rima 2010. v. II, p. 55-70.

CORRÊIA, A. M. S. et. al. **Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar das famílias brasileiras**: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 1-49.

¹⁰ Fone de consulta, documentário (*Darwin's Nightmare*, 2004). Direção – Hubert Sauper.



DIEGUES, A. C. S. Nota de viagem sobre pesca artesanal em São Tomé e Príncipe. In: VALENCIO, N. F. L.; RODRIGUES, J. B. (Org.) **São Tomé e Príncipe, África: desafios socioambientais no alvorecer do séc. XXI**, São Carlos: Ed. Rima, 2010. v. II. p. 71-88.

GROVOGUI, S. N. Crise do Estado na África: desafios dos pactos sociais democrático na África. In: COELHO, P. M. P; SARAIVA, J. F. S. (Org.) **Fórum Brasil-África, Cooperação e Comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004. p. 123-143

HAMUTUK, G. N. S. N. L. O paradoxo da cooperação em Timor-Leste. In: SIMÃO, D. S; SILVA, K. C. (Org.) **Timor - Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação de Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 97-121.

KIROVSKY, A. L. O desenvolvimento pesqueiro sustentável em São Tomé e Príncipe. In: VALENCIO, N. F. L; RIBEIRO, W. C. (Org.) **São Tomé e Príncipe, África: desafios socioambientais no alvorecer do séc. XXI**, São Carlos: Ed. Rima, 2010. v. I. p.70-91.

MENEZES, A. B. **Implicações socioeconômicas da exploração de petróleo em São Tomé e Príncipe**. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2003.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE. **Plano de acção nacional para adaptação às mudanças climáticas**. São Tomé: ONU, 2007.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Lei das pescas e recurso haliêutico**. São Tomé: Ministério de Agricultura Pesca e Desenvolvimento Rural, 2001.

ROMANA, H., A. C. B. **São Tomé e Príncipe: Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.

SIENA, M; VALENCIO, N. F. L. S. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: VALENCIO, N. F. L. S. *et. al.* (Org.) **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectiva no Brasil**. São Carlos: Ed. Rima, 2009. p. 58-66.

SIMÃO, D, S; SILVA, K. C. (Org.) **Timor- Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação de Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.11-24.

VALENCIO, N. F. L. S. Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N. F. L. S. *et. al.*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(Org.) **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectiva no Brasil.** São Carlos: Ed. Rima, 2009. p. 34-47.

_____. Caminho Bifurcado: em busca de um aborte Humanístico nas relações Brasil-África no tema das Mudanças Climáticas. In: SALAS, J, B; GASPAROTO, A. L. (Org.). **Relações Internacionais polaridades e novos/velhos temas emergentes.** Marília: Ed. Unesp, 2010. p. 151-175.

_____. Desafios de proteção à pessoa Humana no contexto de Mudanças Climáticas: um caso insular africano. In: VALENCIO, N. F. L. S; Rodrigues, J. B. (Org.) **São Tomé e Príncipe, África: desafios socioambientais no alvorecer do séc. XXI.** São Carlos: Ed. Rima, 2010. p. 11-54, v II.

YOUNG, R. O colonialismo e a Máquina desejante. In: **Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça.** São Paulo: Ed. perspectiva, 2005. p. 195-221.